



APROVADO POR UNANIMIDADE

Sala das Sessões, em 05/05/2026


2.º Secretário

INDICAÇÃO Nº 493 /2026

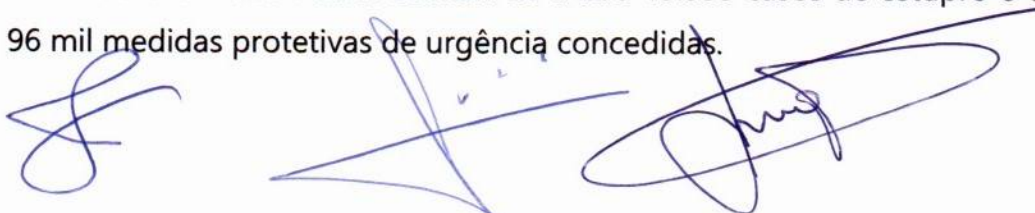
Colendo Plenário,

Indico à Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal de Mogi das Cruzes, Mara Bertaiolli, na qualidade de Representante Maior da População Mogiana, obedecidas as formalidades regimentais, que na oportunidade da visita oficial do Exmo. Sr. Governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, **proceda à cobrança direta, institucional e pública quanto ao investimento orçamentário adequado destinado às políticas do programa de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher.**

JUSTIFICATIVA:

O governo do estado de São Paulo tem demonstrado um baixo comprometimento financeiro com o programa de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, um conjunto de políticas públicas, serviços e iniciativas articuladas pelo governo estadual. Dados de empenho orçamentário, disponíveis no Portal da Transparência, de 2025, atualizados até 9 de dezembro, revelam que a gestão estadual destina um valor irrisório de apenas R\$ 0,18 por mulher na faixa etária de 15 a 59 anos.

O dado é alarmante já que o Estado registra o maior índice de violência contra a mulher em uma década. Apenas no ano passado, 266 mulheres foram vítimas de feminicídio em São Paulo. Somam-se a isso 13.355 casos de estupro e cerca de 96 mil medidas protetivas de urgência concedidas.





Somente em janeiro deste ano foram contabilizados 27 feminicídios no estado. É o início de ano mais violento desde o início da série histórica, em 2018, evidenciando uma grave contradição entre a dimensão do problema e a prioridade orçamentária do governo estadual.

A Secretaria de Políticas para a Mulher enfrenta, ainda, um esvaziamento institucional, já que a maior parte dos recursos disponíveis é direcionada à manutenção administrativa, e não ao financiamento de programas e ações voltados à prevenção, proteção e enfrentamento da violência contra as mulheres.

O valor originalmente encaminhado pelo Executivo por meio do Projeto de Lei Orçamentária era de apenas R\$ 16 milhões, tendo alcançado R\$ 30 milhões após esforço legislativo e suplementações orçamentárias. Ainda assim, 42% desse valor orçado encontra-se contingenciado pela própria secretaria, o que reduz a capacidade de execução das políticas públicas previstas.

Para 2026, o Governo Tarcísio propôs um orçamento para Secretaria de Políticas para a Mulher em 2026, 54,4% menor do que a dotação inicial aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025.

Existe uma relação direta e estrutural entre a insuficiência orçamentária e o aumento dos índices de feminicídio. O feminicídio não é um episódio isolado, mas o resultado extremo de uma cadeia de violências físicas, psicológicas, econômicas e institucionais que poderiam ser prevenidas ou interrompidas caso as políticas públicas fossem devidamente financiadas e implementadas.

Nesse sentido, a redução de recursos destinados à prevenção e ao enfrentamento da violência contra as mulheres fragiliza toda a rede de proteção capaz de impedir que situações de risco evoluam para a letalidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE
MOGI DAS CRUZES

ESTADO DE SÃO PAULO

A relação entre orçamento insuficiente e feminicídio é inequívoca. Quanto menor o investimento público em políticas integradas de prevenção, proteção e responsabilização, maior a probabilidade de que situações de violência avancem até o assassinato de mulheres.

O orçamento não é uma decisão técnica neutra, mas um mecanismo pelo qual o estado demonstra, de forma concreta, se está disposto a interromper ou a permitir a continuidade da violência letal contra mulheres.

Diante da relevância da nossa Indicação, aguardamos que seja aprovada e acolhida pelo Executivo Municipal.

Plenário "Vereador Dr. Luiz Beraldo de Miranda", 04 de maio de 2026.



INÊS PAZ
VEREADORA – PSOL



IDUIGUES MARTINS
VEREADOR – PT



RODRIGO ROMÃO
VEREADOR - PC do B